

Bruna Barbieri Waquim



EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Copyright © 2018 by Bruna Barbieri Waquim

Categoria: Direito Civil

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

W252a

Waquim, Bruna Barbieri.

Alienação familiar induzida : aprofundando o estudo de
alienação parental / Bruna Barbieri Waquim. – 2. ed. – Rio de
Janeiro : Lumen Juris, 2018.

344 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 275-292.

Possui anexos.

ISBN 978-85-519-0528-9

1. Síndrome da Alienação Parental. 2. Pais e filhos (Direito)
- Brasil . 3. Direito Comparado. 4. Direitos Fundamentais.
5. Convivência. I. Título.

CDD 346

112 5 819

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio.....	1
Apresentação à Primeira Edição	5
Apresentação à Segunda Edição.....	7
1. Introdução.....	9
2. Compreendendo a Alienação Familiar Induzida	19
2.1. A distinção entre a Síndrome da Alienação Parental e a Alienação Parental	19
2.1.1. A Síndrome da Alienação Parental segundo Richard Gardner	25
2.2. Ampliando o estudo da Síndrome da Alienação Parental	42
2.3. A Alienação Familiar Induzida	58
3. A Relevância Jurídica da Alienação Familiar Induzida e o Panorama Jurídico no Brasil e no Direito Comparado.....	63
3.1. A relevância jurídica da Alienação Familiar Induzida....	67
3.1.1. O direito fundamental à integridade psicológica	71
3.1.2. O direito fundamental à convivência familiar	80
3.2. Alienação Parental no Direito Comparado.....	85
3.3. O Projeto de Lei nº 4.053 de 2008	89

3.4. A Alienação Parental na jurisprudência dos Tribunais de Justiça brasileiros.....	102
3.4.1. Procedimentos para a coleta de jurisprudência	104
3.4.2. Resultados encontrados	106
4. O que dizem os Adultos Filhos de Pais Separados sobre Alienação Parental.....	117
4.1. Procedimentos da aplicação do questionário para adultos filhos de pais separados	118
4.2. Análise dos dados obtidos por meio do questionário para adultos filhos de pais separados	121
5. Uma Revisão Crítica da Lei Nº 12.318/2010 e Algumas Reflexões sobre Mediação, Guarda Compartilhada, Criminalização e a Natureza de Situação de Risco da Alienação Parental.....	201
5.1. Sugestões à redação da Lei nº 12.318/2010	202
5.1.1. Artigo 1º	203
5.1.2. Artigo 2º	205
5.1.3. Artigo 3º	213
5.1.4. Artigo 4º	214
5.1.5. Artigo 5º	218
5.1.6. Artigo 6º	224
5.1.7. Artigo 7º	226
5.1.8. Artigo 8º	226
5.2. A sentença judicial é a melhor solução?	227

5.3. A Guarda Compartilhada é a solução ideal para a Alienação Parental?	231
5.4. Criminalizar a Alienação Parental é a melhor solução?	245
5.5. A Alienação Parental deve ser considerada uma situação de risco?	259
Considerações Finais	269
Referências	275
ANEXOS	293
ANEXO A	295
ANEXO B	303
ANEXO C	305
ANEXO D	311
ANEXO E	321